



# Tendências e incertezas quanto as dinâmicas populacionais brasileiras até 2045

**Elaine C. Marcial** [elaine.marcial@socialport.com.br](mailto:elaine.marcial@socialport.com.br)

Fundadora da SocialPort, é doutora em Ciência da Informação pela UnB e graduada em estatística.

Coordenadora da Linha de Pesquisa Estruturação Científica do Foresight (NEP/EGN). É autora de livros e artigos na área de estudos de futuro. Atua na área de foresight desde 1996 e foi agraciada com as medalhas Honra ao Mérito de Defesa, Ordem do Mérito Militar no grau de Cavaleiro e Medalha Exército Brasileiro.

## 1. Introdução

Olhar para o futuro não é uma tarefa fácil, simplesmente pelo fato de que o futuro não existe e está por ser construído. Entretanto, para a formulação de estratégias, é imperativo dispor de informações sobre o futuro. Fornecer informações apenas de diagnósticos nos prende ao passado e nos impede de ver caminhos alternativos a frente. Ficamos presos a agenda de urgência.

As mudanças demográficas apresentadas no Brasil nas últimas décadas foram lentas, mas fortes, indicando um futuro que demanda cuidados e um olhar crítico e estratégico, seguidos de ações imediatas. As mudanças populacionais são as forças que mais moldam o futuro. Por se tratar de movimento lentos possuem raízes profundas e são de difíceis reversão, e acabam influenciando todas as demais dimensões como economia, tecnologia, questões geopolíticas e até o meio ambiente.

Sendo assim, quais as principais tendências e incertezas associadas as mudanças populacionais brasileiras, incluindo a infraestrutura social (saneamento, habitação e mobilidade urbana) e a desigualdade social, que irão moldar o futuro do Brasil até 2045? Não há muitos estudos que abordem essa temática conforme poderá ser verificado a diante, e este artigo tem como pretensão preencher essa lacuna e levantar o debate.

Nesse contexto, este artigo tem por objetivo apresentar uma lista das principais tendências e incertezas relacionadas as dinâmicas populacionais brasileiras com um olhar para 2045. O método utilizado é parte integrante do projeto Brasil 2045: cenários para o Brasil, e este um de seus resultados. Conforme será descrito a seguir.

Este artigo está dividido em seis seções. A primeira refere-se a esta introdução que será seguido pelo detalhamento do método utilizado. A terceira, refere-se a apresentação das principais dinâmicas populacionais, seguido pela infraestrutura social (saneamento, habitação e mobilidade urbana) e depois sobre desigualdade social. A sexta seção apresenta a síntese de todas as sementes de futuro identificadas seguido pela de conclusão.

As dinâmicas populacionais de um país são um reflexo de seu passado e um prenúncio de seu futuro. No Brasil, as últimas décadas testemunharam mudanças demográficas significativas, com impactos profundos em diversos setores da sociedade. A desaceleração do crescimento populacional, o envelhecimento da população, a redução do tamanho das famílias e a intensificação dos fluxos migratórios internacionais configuram um cenário complexo e multifacetado, com implicações cruciais para as políticas públicas e o desenvolvimento socioeconômico do país.

A taxa de crescimento populacional brasileira, em declínio desde meados do século XX, atingiu seu menor patamar histórico no período 2010-2022. Projeções indicam que essa tendência se manterá nas próximas décadas, com a população brasileira atingindo seu ápice por volta de 2040 e, a partir daí, entrando em um processo de decréscimo. Paralelamente, o país experimenta um rápido envelhecimento populacional, impulsionado pela queda da fecundidade e pelo aumento da expectativa de vida. Esse fenômeno demográfico traz consigo desafios consideráveis, sobretudo para os sistemas de saúde e previdência social, demandando a formulação de políticas públicas eficazes para lidar com as necessidades de uma população cada vez mais idosa.

A redução do tamanho das famílias e a diversificação dos arranjos familiares também se destacam como tendências marcantes no Brasil contemporâneo. A queda da fecundidade, associada a transformações socio-culturais, como a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e o adiamento da maternidade, tem impulsionado a diminuição do número médio de pessoas por domicílio e o aumento da demanda por moradias menores. Além disso, a intensificação dos fluxos migratórios, tanto de entrada quanto de saída do país, adiciona mais uma camada de complexidade ao cenário demográfico brasileiro. A chegada de imigrantes, em especial refugiados e migrantes provenientes de países vizinhos, bem como a emigração de brasileiros, incluindo a preocupante “fuga de cérebros”, exigem respostas adequadas do Estado e da sociedade.

Por fim, a persistente insuficiência de investimentos em infraestrutura social agrava os desafios impostos pelas mudanças demográficas. O déficit habitacional, a precariedade do saneamento básico e as deficiências na mobilidade urbana comprometem a qualidade de vida da população, sobretudo nos grandes centros urbanos. A desigualdade social, marca histórica da sociedade brasileira, também se mantém como um obstáculo ao desenvolvimento pleno do país, demandando ações efetivas para a promoção da inclusão social e da redução das disparidades socioeconômicas. Em suma, as dinâmicas populacionais em curso no Brasil delineiam um futuro repleto de desafios e oportunidades. A compreensão dessas tendências e a formulação de políticas públicas adequadas são essenciais para que o país possa trilhar um caminho rumo ao desenvolvimento sustentável, à justiça social e ao bem-estar de sua população.

## 2. Método

O método utilizado contou com quatro etapas. A primeira delas foi o levantamento a distância, junto a *experts* de quais seriam as principais tendências, incertezas e rupturas associadas a seguinte questão orientadora do processo de cenarização: “Que caminho o Brasil poderá trilhar até 2045 para que tenhamos um país desenvolvido, com uma sociedade mais livre, justa e solidária em 2122?”

Também foram solicitados que os respondentes atentassem ao sistema de cenarização cujo objeto era o desenvolvimento do Brasil, o objetivo seria “identificar elementos que subsidiem a formulação de estratégias de desenvolvimento para o Brasil”, com um horizonte temporal de 2024-2045. O estudo seria destinado a dirigentes e empreendedores dos setores público e privado, com subsídios que contribuam para a tomada de decisão e a formulação de estratégias de longo prazo. Seus aspectos fundamentais foram: sociedade e demografia; relações internacionais; segurança e defesa nacional; Estado, planejamento, articulação federativa e gestão; macroeconomia, regras fiscais e financiamento do desenvolvimento; agricultura e bioeconomia; indústria e serviços; ciência, tecnologia e inovação; saúde; previdência; assistência social; desenvolvimento regional e ordenamento fundiário; água e meio ambiente; educação; trabalho; segurança pública; energia; mineração; tecnologias da informação e comunicação; e exploração espacial.

Ao todo, participaram desse levantamento 252 *experts*. Foi utilizada a Plataforma SocialPort Enterprise para a realização desse levantamento. Os resultados foram agrupados por aspecto fundamental e encaminhados para os pesquisadores responsáveis pelos temas.

Cada pesquisador foi orientado a realizar um levantamento sobre o tema, com o objetivo de obter dados e fatos que fossem capazes de justificar as sementes de futuro identificadas pelos *experts*. Com base nesse levantamento, tanto ajustes foram realizados nas redações das sementes, bem como novas foram incorporadas e devidamente justificadas.

O método utilizado nesse trabalho seguiu os seguintes passos: levantamento de documentos relacionados aos temas das sementes identificadas para o aspecto fundamental “sociedade e demografia” – buscou-se utilizar fontes tradicionais nacionais e internacionais de produção e análise de dados demográficos brasileiros; leitura e análise do material levantado; avaliação das sementes propostas pelos *experts* frente aos dados levantados, ajustes nas redações das sementes quando necessário e inclusão de novas, redação da justificativa das sementes de futuro selecionadas baseado em dados e fatos.

## 3. Dinâmicas populacionais

Nesta seção serão abordados os temas: Manutenção do crescimento da população brasileira a taxas marginais decrescentes; Manutenção da transição demográfica para uma população cada vez mais envelhecida e menor

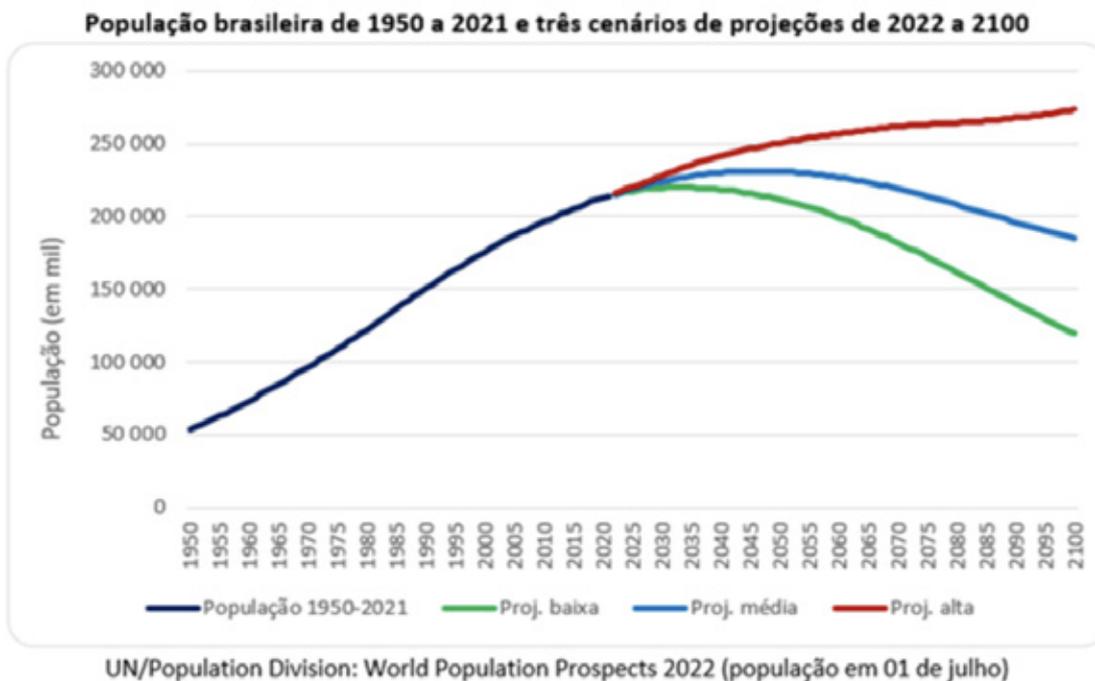
no Brasil, impactando as políticas públicas; Redução do tamanho das famílias e o surgimento de novos arranjos familiares, com impacto na demanda por habitação até 2045; Crescimento da imigração e da emigração no Brasil

### 3.1 Manutenção do crescimento da população brasileira a taxas marginais decrescentes

Segundo os dados do Censo de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira atingiu 203,1 milhões de pessoas em 2022, 12,4 milhões de pessoas a mais frente ao censo demográfico anterior, realizado em 2010, cujo tamanho da população brasileira era de 190,7 milhões de pessoas. No período de 2010-2022, a taxa anual de crescimento foi de 0,52% – a menor registrada desde 1872, quando foi realizado o primeiro censo no país e representa a metade do que era em 2010 (1,17%). Esses dados incorporam os efeitos da pandemia do COVID-19 na dinâmica populacional e são 4,7 milhões a menos do projeto pelo Instituto em 2021 (IBGE, 2023).

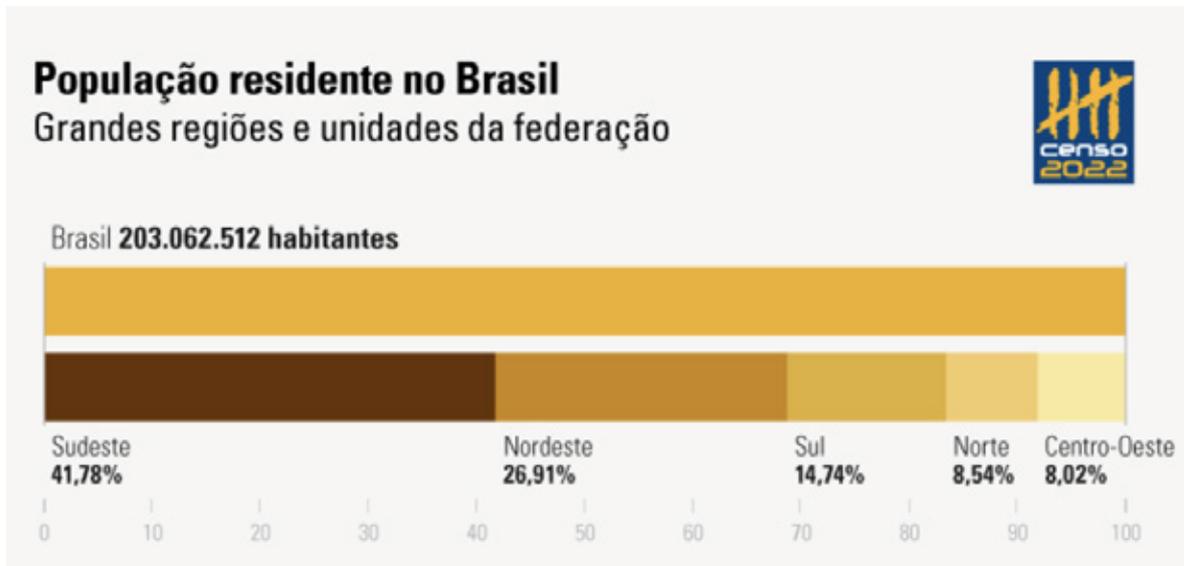
Nesse contexto, há uma expectativa de *manutenção do crescimento da população brasileira até a década de 2040 a taxas marginais decrescentes* quando ela começará a decrescer. Segundo as simulações publicadas na “World Population Prospective 2022” das Nações Unidas (UN, 2022), a redução da população Brasileira poderá ter início em 2025, apresentando em 2045 *tamanho populacional menor do que em 2024* (Gráfico 1). Estudos realizados pelo IBGE em 2018 estimavam que a partir de 2047 a população brasileira começaria a encolher, entretanto o evento da pandemia do COVID-19 poderá ter influenciado nessas projeções, reduzindo o tempo por volta de 2045.

**GRÁFICO 1 - Brasil: Evolução da população total brasileira, 1950-2100**



Quanto a sua distribuição pelo território Nacional, a população brasileira se mantém bem desigual, permanecendo uma alta concentração na Região Sudeste, sendo classificada como a mais populosa do país, atingindo, em 2022, 84,8 milhões de habitantes – o que representa 41,8% do total da população do Brasil (Figura 1). O Nordeste é o segundo colocado com uma população de 54,6 milhões de pessoas (26,9% dos habitantes do país). Entretanto, essas duas regiões foram as que apresentaram a menor taxa de crescimento anual desde o Censo 2010: enquanto a população do Nordeste registrou uma taxa crescimento anual de 0,24%, a do Sudeste foi de 0,45%.

**FIGURA 1 - População residente no Brasil por Regiões – 2022**



**Fonte:** Censo demográfico 2022 (IBGE, 2022).

O Norte, segunda região menos populosa do país, apresentou um total de 17,3 milhões de habitantes (8,5% dos residentes do país). Apesar de essa participação da região vir crescendo sucessivamente nas últimas décadas. O ritmo de crescimento do número de habitantes foi menor em relação à década anterior. A taxa crescimento anual foi de 0,75% (2010/2022), a segunda maior entre as regiões, mas inferior àquela apresentada no período intercensitário anterior (2000/2010), quando esse percentual era de 2,09%.

O Centro-Oeste foi a região que apresentou o menor crescimento entre os censos de 2010/2022 (1,23%). Em 2022, o número de habitantes dessa região chegou a 16,3 milhões, o menor contingente entre as regiões. Já o Sul, que concentrava 14,7% dos habitantes do país, aumentou seu contingente populacional em 9,3% no mesmo período, alcançando 29,9 milhões de pessoas.

São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro são os estados mais populosos do país. Juntos, os três concentravam 39,9% da população brasileira. São Paulo, o maior deles, concentra cerca de um quinto da população brasileira (21,8%), com 44,4 milhões de habitantes em 2022 (IBGE, 2022).

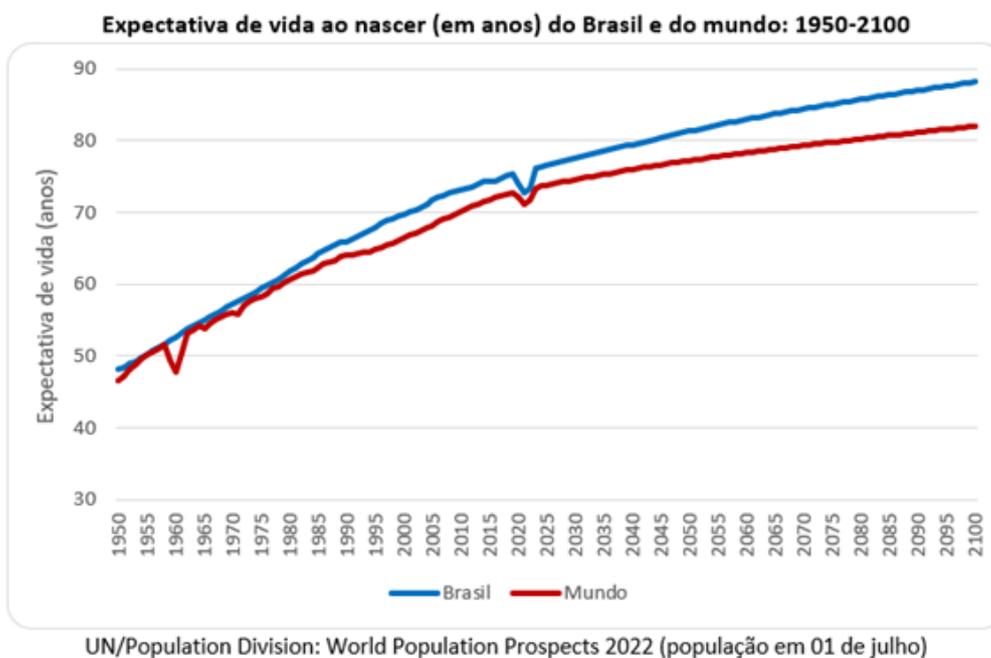
Roraima permanece como o Estado menos populoso, com 636,3 mil habitantes, mesmo tendo apresentado a maior taxa de crescimento anual no período 2010-2022 (2,92%). Na sequência, os estados com menor número de habitantes foram Amapá (733,5 mil) e Acre (830,0 mil) (IBGE, 2022).

Nesse contexto, é mantida a *tendências de concentração populacional em algumas regiões/estados do país e ressalta-se a incerteza se haverá uma redistribuição da população no território brasileiro até 2045.*

Independente do cenário, segundo as projeções populacionais da Organização das Nações Unidas (ONU), o século XXI apresentará um ritmo cada vez menor de crescimento demográfico. Esse fenômeno ocorrerá muito mais pela redução das taxas de fecundidade do que pelo aumento das taxas de mortalidade.

Segundo as projeções da ONU, espera-se que *a expectativa de vida ao nascer, continue aumentando até 2100, tanto no Brasil quanto no mundo. Em 1950, a expectativa de vida ao nascer era em torno de 50 anos, em 2022 de 75,5 anos e a estimativa é que esteja em torno de 80 anos em 2045* (Gráfico 2).

**GRÁFICO 2 - Brasil: Evolução da expectativa de vida ao nascer em anos do Brasil e do mundo, 1950-2100**



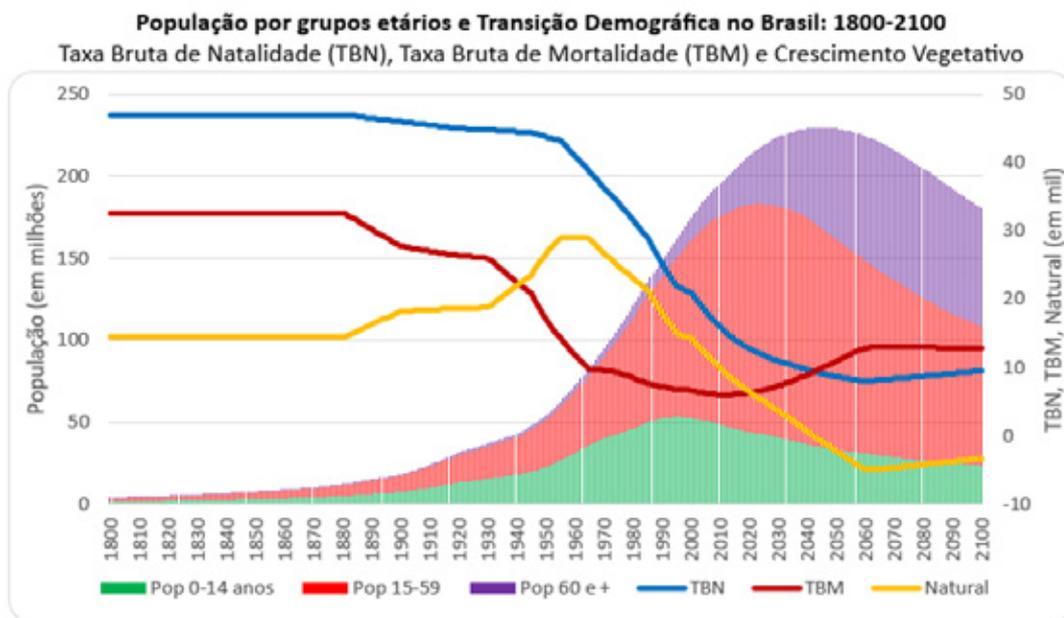
### 3.2 Manutenção da transição demográfica para uma população cada vez mais envelhecida e menor no Brasil, impactando as políticas públicas

Esta tendência, foi identificada no estudo do Brasil 2035 e se mante para o horizonte de 2045. Dados recentes confirmam a *manutenção das mudanças demográficas para uma população cada vez mais envelhecida no Brasil, impactando as políticas públicas* como uma megatendência demográfica.

O envelhecimento da população brasileira é uma mescla das tendências de *queda da taxa de natalidade* (TBN) com o *aumento da expectativa de vida ao nascer – redução da taxa de mortalidade* (TBM). Desde os anos 1960 verifica-se uma queda acentuada da taxa bruta de natalidade (TBN) e apresenta uma tendência de manutenção desse comportamento até 2045. Quanto a taxa bruta de mortalidade (TBM), está apresenta uma queda acentuada desde os anos 1930, se mantendo baixa e relativamente estável no período de 1960 a 2030, apresentando um pequeno aumento a partir de 2013, fruto do envelhecimento da população em função do fenômeno do envelhecimento populacional, devendo ficar em 6,5 por mil no ano de 2022 e acima de 10,0 por mil a partir de 2040. (Alves, 2023). Esses dados conjugados com a baixa taxa de fecundidade ajuda a explicar a expectativa de queda do tamanho da população brasileira a partir de 2040.

Os avanços na medicina e a emancipação das mulheres justificam esses comportamentos. Isso se deve principalmente ao fato de que, à medida que a população envelhece, aumenta também sua taxa de mortalidade, embora sem impacto na expectativa de vida. O Gráfico 3 ilustra essa transição demográfica brasileira entre 1800 e 2100, que conta com dados atualizados em 2022.

**GRÁFICO 3 - Brasil: População e Taxas Brutas de Mortalidade (TBM) e Natalidade (TBN), 1950-2100**



Fonte: IBGE, Séries históricas, 2022; Projeções Populacionais 2018 e Nações Unidas, Perspectivas Mundiais de População 2022. Nota: os valores dos intervalos foram interpolados.

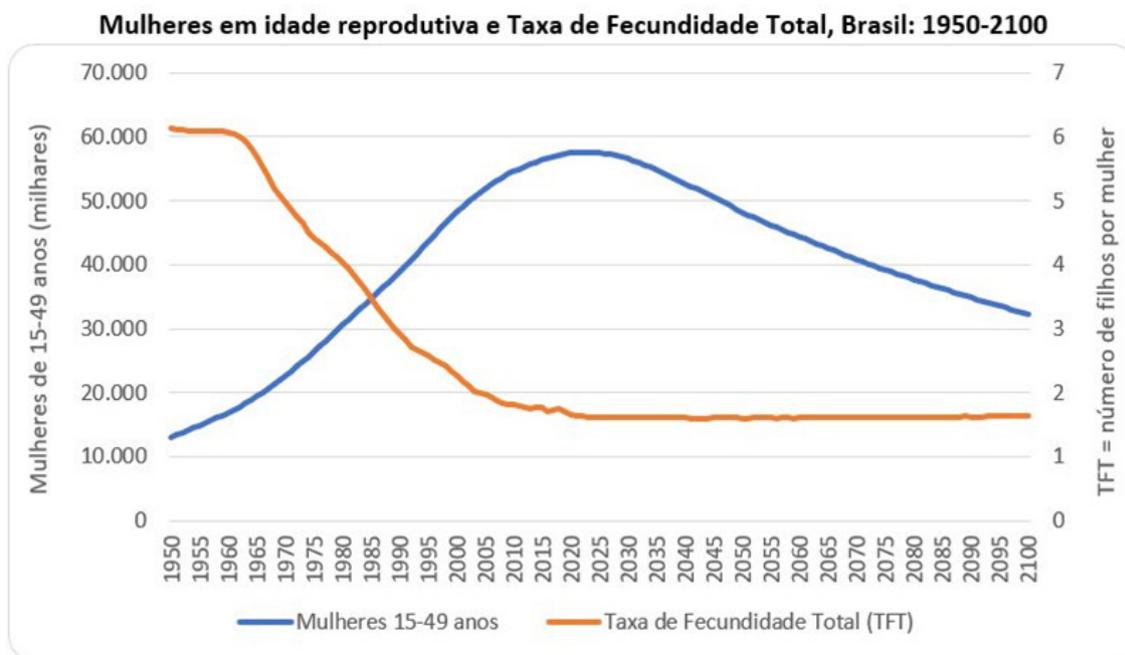
Desde 2020, houve mais mortes no Brasil do que as previstas para o período, seja por conta da COVID-19 ou de outras epidemias (Fusco, 2023). O confinamento também resultou em descuidos com os cuidados com a saúde, em especial do que já possuíam algum tipo de comorbidade, impactaram os *check-ups* periódicos, o que pode também ter resultado em um aumento de óbitos.

Wilson Fusco (2023), diretor de Pesquisas Sociais da Fundaj, salientou que em períodos de crise econômica, como os vivenciados no Brasil, também contribuem com uma menor taxa de fecundidade. Se a taxa de fecundidade não se estabilizar nos próximos anos o país seguirá com a tendência de queda no ritmo de crescimento. “Estimativas mais conservadoras apontam que esse decréscimo pode ocorrer em 2040, mas é possível que ocorra já em 2035, se não houver nenhuma mudança neste panorama”, afirmou.

A queda da taxa de fecundidade<sup>1</sup> da população explica o movimento de *redução do crescimento da populacional no Brasil até 2045*. Entre 1970 e 2010, o Brasil sofreu uma queda da taxa de fecundidade de 64%. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de fecundidade era de 5,02 em 1970; 4,07, em 1980, 1,83, em 2010, e em 2022 a taxa de fecundidade no Brasil cai para 1,6 filhos, a menor já calculada (no mundo, em 2022, a média da taxa de fecundidade era de 2,31 filhos, contra os 2,45 de 2010).

Em 2022, foi registrado 2,54 milhões de nascimentos no Brasil. A queda foi de 3,5% em comparação com 2021 (2,63 milhões de nascimentos), representando o menor nível de recuo desde 1977. Segundo as estimativas da ONU (2022), a taxa de fecundidade brasileira permanecerá abaixo de 2 filhos até 2045 (Gráfico 4).

**GRÁFICO 4 - Brasil: Mulheres em idade de reprodução e taxa de fecundidade total no Brasil: 1950-2100**



Fonte: UN/ESA. World Population Prospects 2022 <https://population.un.org/wpp/>

Até a década de 1990, o Brasil possuía uma população essencialmente jovem, mas a redução da taxa de natalidade e o aumento da expectativa de vida da população, adquirido graças aos múltiplos avanços sociais,

1 Taxa de fecundidade: Número médio de filhos que teria uma mulher, de uma coorte hipotética, ao fim do período reprodutivo, estando sujeita a uma determinada lei de fecundidade, em ausência de mortalidade desde o nascimento até o final do período fértil (IBGE).

em especial na saúde, teve como consequência um progressivo envelhecimento da população brasileira, que tende a continuar nos próximos anos.

Para se ter uma ideia da velocidade desse envelhecimento em 1900, o Brasil possuía 741 mil pessoas idosas, passou para 2,2 milhões em 1950 e no ano 2000 chegou a 14,4 milhões de pessoas idosas (Alves, 2023b). Segundo dados do Censo de 2022, em 2022 a população de idosos no Brasil chegou a 23,1 milhões de pessoas (IBGE, 2022). Segundo Alves (2023b), a estimativa para 2050 é que essa *população de idoso irá dobrar* em relação aos dados do Censo de 2022, podendo chegar a 2045 com uma população de cerca de 60 mil idoso no Brasil conforme apresentado no Gráfico 5.

**GRÁFICO 5 - Número de pessoas com 60 anos ou mais de idade no Brasil: 1900-2100**



Fonte: UN/ESA. World Population Prospects 2022 <https://population.un.org/wpp/>

Segundo dados do IBGE (2023b), em 1980, o Brasil tinha 6,1% da população com 60 anos ou mais de idade. Esse número passa para 15,8% da população em 2022, representando um crescimento de 46,6% em relação ao Censo Demográfico 2010, quando representava 10,8% da população. No outro extremo da pirâmide etária, o percentual de crianças de até 14 anos de idade, que representava 38,2% da população em 1980, passou para 24,1% em 2010, chegando a 19,8% em 2022 (Tabela 1). Os dados mostram que há uma tendência de *redução da quantidade de crianças até 14 anos no Brasil*.

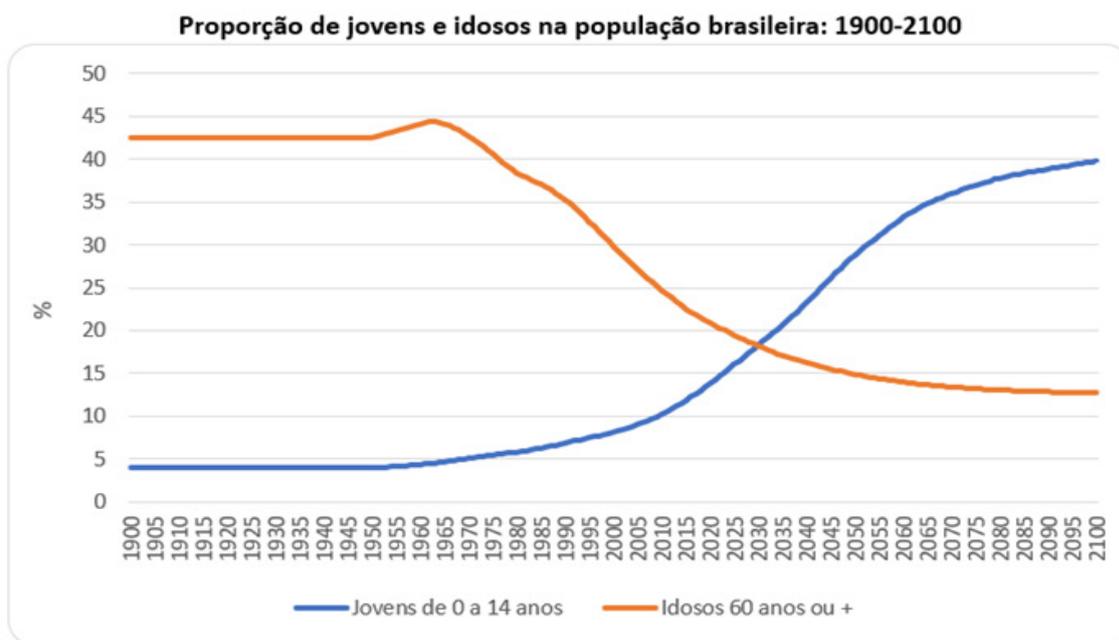
**TABELA 1 - Proporção da população residente por grupos etários específicos – Brasil: 1980/2022**

Ano	População de 0 a 14 anos (%)	População de 15 a 59 anos (%)	População de 60 anos ou mais de idade (%)
1980	38,2	55,6	6,1
1991	34,7	58,0	7,3
2000	29,6	61,9	8,6
2010	24,1	65,1	10,8
2022	19,8	64,4	15,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2022<sup>2</sup>. Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

O percentual de idosos<sup>3</sup> na população total brasileira, que representava 7,4%, em 2013, chegou a 10,9% em 2022 e deverá ultrapassar 25,0% em 2045, segundo estimativas da ONU (2022). Na década de 2030, o Brasil deverá entrar na fase culminante do seu índice de envelhecimento, *quando a população de mais de 65 anos de idade deverá ser superior a população entre 0 e 14 anos* (Alves, 2023) jogando para baixo a estimativa do último censo que o evento somente ocorreria por volta de 2040 (Gráfico 6). Sendo assim, espera-se o fim do *bônus demográfico para 2030*.

**GRÁFICO 6 - Brasil: Proporção de jovens e idosos na população brasileira: 1900-2100**



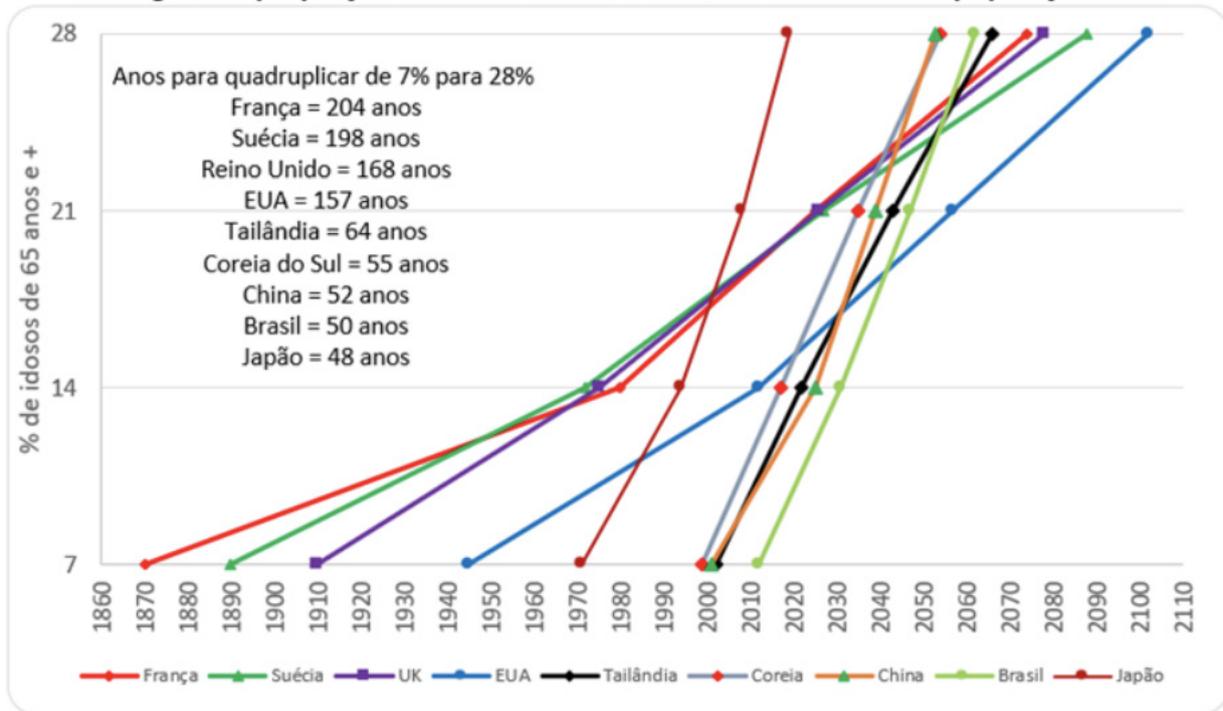
Fonte: UN/ESA. World Population Prospects 2022 <https://population.un.org/wpp/>

2 IBGE. Censo demográfico 2022. População por idade e sexo, pessoas de 60 anos ou mais de idade. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102038.pdf>. Acesso em 13/06/2024

3 Idosos, pessoas com 65 anos ou mais no país.

Outra forma de se avaliar o fenômeno é por meio da análise do índice de envelhecimento<sup>4</sup>. Quanto maior for o valor do indicador, mais envelhecida é a população. No Brasil, segundo dados do IBGE (2023b), esse índice chegou a 80,0 em 2022, indicando que há 80 pessoas idosas para cada 100 crianças de 0 a 14 anos. Em 2010, o índice de envelhecimento era menor, correspondendo a 44,8. Avaliando esses resultados por região, as regiões Sudeste e Sul são as que apresentam os maiores índices de envelhecimento, 98,0% e 95,4% respectivamente (Gráfico 7).

**GRÁFICO 7 - Índice de envelhecimento (parâmetro:60 anos ou mais**  
**Velocidade do envelhecimento populacional em países selecionados**  
**Passagem da proporção de idosos de 7%, a 14%, a 21% e a 28% da população total**



Fonte: Organização das Nações Unidas, Perspectivas Mundiais de População 2019.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010/2022<sup>5</sup>.

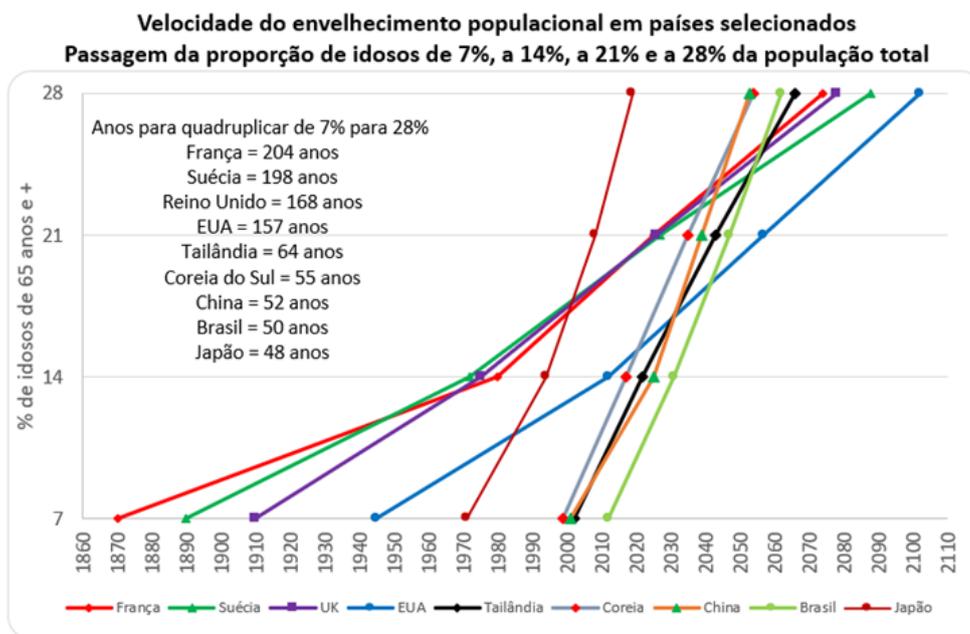
Segundo o estudo realizado pelo IBGE (2023b), as Unidades da Federação que têm os maiores índices de envelhecimento são as mesmas com as maiores proporções de pessoas idosas, sendo elas: Rio Grande do Sul (na Região Sul), Rio de Janeiro e Minas Gerais (ambas na Região Sudeste). Ou seja, a população de pessoas idosas passou da metade da população de jovens nessas regiões, sendo que o Rio Grande do Sul já atingido a marca de 115%. Já as Unidades da Federação que possuem os menores índices de envelhecimento e com as menores proporções de pessoas de 60 anos ou mais de idade são: Roraima, Amapá e Amazonas (todos na Região Norte), reforçando os dados apresentados no Gráfico 7.

4 Índice de envelhecimento representa razão entre o grupo de pessoas de 60 anos ou mais de idade em relação à população de 0 a 14 anos (IBGE, 2022).

5 IBGE. Censo demográfico 2022. População por idade e sexo, pessoas de 60 anos ou mais de idade. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102038.pdf>. Acesso em 13/06/2024.

Se nada for feito, o Brasil será durante o século XXI um dos quatro países com o envelhecimento populacional mais rápido do mundo. O Gráfico 8 apresenta as curvas percentuais de envelhecimento de diversos países a partir da marca de 7% da população sendo classificada como idosa. O primeiro país a atingir essa marca foi a França, em 1870, seguida pela Suécia em 1890. Veja que o Brasil somente atingiu essa marca em 2010, entretanto, apresenta uma curva quase vertical, com expectativa de atingir a marcar de 28% da população por volta dos anos de 2060, antes mesmo da França, cujas projeções são para as décadas 2070-2080.

**GRÁFICO 8 - Velocidade do envelhecimento populacional em países selecionados: 1860-2110**



Uma das consequências do envelhecimento da população é o *crescimento da demanda por cuidadores de idosos*, conforme já destacado no estudo de Brasil 2035 (Marcial et al., 2017). Segundo o aplicativo para contratação de serviços no Brasil “GetNinjas”, foi registrado um aumento de 7% nessa categoria, de maio a abril de 2022. Quanto ao comparativo entre o primeiro trimestre de 2023 e o quarto trimestre de 2022 (1T23 x 4T22) o aumento foi de 11,7%<sup>6</sup>. Ainda nas palavras de Lucas Arruda, CFO do GetNinjas, além do fato de a população estar envelhecendo outros fatores contribuem para esse aumento, como o *crescimento da busca por produtos e serviços especializados que forneçam melhor qualidade de vida ao idoso e a mudança dos padrões familiares, com menor disponibilidade dos familiares para cuidar dos idosos em tempo integral*.

Entretanto, conforme também destacado do Brasil 2035, o *envelhecimento da população* deverá acarretar, em breve, *grandes impactos no desenvolvimento socioeconômico do país e nos gastos nos gastos públicos, em especial, com saúde e previdência* se nada for feito para reverter esse fenômeno demográfico de difícil reversão. Um desse impactos seria a *redução da oferta de força de trabalho* caso persista a não reposição da

<sup>6</sup> Envelhecimento da população impulsiona demanda por cuidadores. Medicina S/A, junho de 2023. Disponível em: <https://medicinasa.com.br/envelhecimento-cuidadores/>. Acesso em: 13/06/2024.

população brasileira. Isso levará a desequilíbrios no mercado de trabalho brasileiro, frutos (1) *da redução da força produtiva*; (2) *da dificuldade de financiamento da previdência social*; (3) *do aumento dos gastos da União para provisão de cuidados para a população idosa, em especial com a saúde*.

Tais impactos serão sentidos em breve, mesmo com o *aumento da idade da PEA verificado desde os anos 1990 e a inclusão progressiva da população idosa nas atividades econômicas do país, se não houver políticas de incentivo a reprodução Brasil*, como já ocorre em diversos países a exemplo da Hungria, Rússia, Itália, França. São exemplo de incentivos para encorajar as famílias a ter filhos: oferta de serviços de creche, que auxilia as mulheres a permanecerem na força de trabalho; financiamento para compra de casa e para educação para as mulheres que tiverem dois filhos ou mais, além do recebimento de outros benefícios; aumento do prazo da licença maternidade, podendo ser estendida aos pais; redução da jornada de trabalho para cuidar dos filhos; aumento da isenção de pagamento de impostos a partir do segundo filho; oferta de seguro maternidade para as grávidas; oferta de bônus por nascimento<sup>7</sup>. Entretanto, apesar de todos os esforços, os resultados dessas políticas públicas, que têm gerado aumento da taxa de natalidade, ainda não garantem a reposição da população nesses países, visto que a ruptura de um movimento demográfico dessa natureza é sempre é lento. Sendo assim, levanta-se os seguintes questionamentos: *Haverá políticas públicas voltadas para a reversão do movimento de redução da taxa de fecundidade brasileira até 2045, a exemplo do que ocorre em outros países? O Brasil conseguirá reverter o processo de redução da taxa de fecundidade? Haverá adaptação da sociedade à longevidade da população em prol do seu bem-estar?*

Em 2022, segundo resultados da PNAD, 22,6% dos idosos trabalhavam, contra 24% em 2002 dos idosos<sup>8</sup> (IBGE, 2022; Marcial *et al.*, 2017). Sendo assim, destaca-se a manutenção da tendência o *envelhecimento da população, impactando as políticas públicas, em especial o sistema de seguridade social até 2045*.

### 3.3 Redução do tamanho das famílias e o surgimento de novos arranjos familiares, com impacto na demanda por habitação até 2045

Outra mudança demográfica apresentada no Estudo Brasil 2035 e que deve persistir até 2045 refere-se à *redução do tamanho das famílias e aos novos arranjos familiares* que resulta na *diminuição no número de pessoas por domicílio*, ao tempo em que há *aumento da demanda por esses domicílios menores*.

O estudo publicado pelo Observatório Nacional da Família<sup>9</sup> (ONF, 2022) mostra a distribuição percentual dos tipos de composição familiares existentes no Brasil entre os anos de 1995 e 2015 (Gráfico 9). Embora os casais

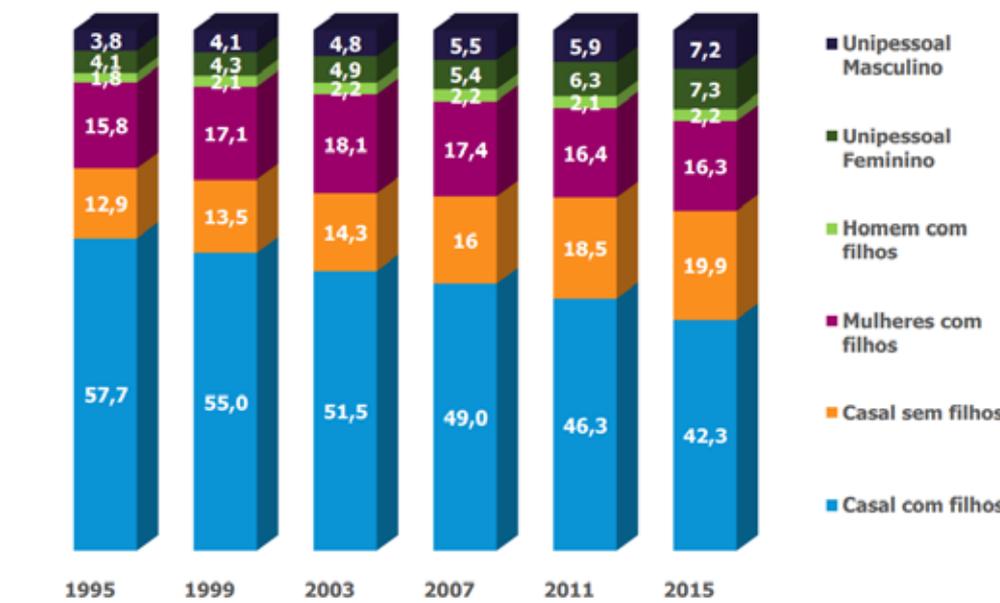
7 Europa oferece incentivos para aumentar taxa de natalidade: veja o que cada país oferece. Eurodicas, mar. 2023. Disponível em: <https://www.eurodicas.com.br/europa-oferece-incentivos-aumentar-taxa-de-natalidade/>. Acesso em 13/06/2024. HUNGRIA: CONHEÇA VIKTOR ORBÁN, O POLÊMICO PRIMEIRO-MINISTRO. Insight BP, jun. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xTWtoOPJq4>. Acesso em 13/06/2024. Acesso em: 13/06/2024.

8 População com mais de 60 anos. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Trimestral/Fasciculos\\_Indicadores\\_IBGE/2022/pnadc\\_202203\\_trimestre\\_caderno.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Fasciculos_Indicadores_IBGE/2022/pnadc_202203_trimestre_caderno.pdf). Acesso em: 13/06/2024.

9 O Observatório Nacional da Família pertence à Secretaria Nacional da Família do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

com filhos permaneçam como a forma predominante dentre os tipos de composição familiar, sua participação caiu de 57,7% para 42,3 de 1995 a 2015 (ONF, 2022).

**GRÁFICO 9 - Média de moradores por domicílio no Brasil: 1980-2022**



Fonte: Elaborado a partir de dados do IPEA. Indicadores. Chefe de família. Distribuição percentual das famílias, por tipo de arranjo familiar, segundo sexo do/a chefe de família, 1995 a 2015.

**Fonte:** Observatório Nacional da Família (2022a).

Conforme também é mostrado no Gráfico 9 (ONF, 2022a), não somente a quantidade de filhos sofreu redução, mas também a verificação do aumento do número de casais sem filho cresceu entre 1995 e 2022, que passou de 12,9% para 19,9% do total de famílias respectivamente. Esses dados são ainda mais preocupantes, quando associado ao levantamento realizado pelo IBGE (2023), de que o percentual de casais brasileiros que não querem ter filhos é de quase 20%.

O Censo demográfico de 2022 também mostra que dos 74,1 milhões de domicílios do país, em 15,9% (ou 11,8 milhões) viviam apenas um morador, formando o que chamamos de famílias unipessoais IBGE (2023).

São diversas as justificativas para esses números como: a inserção das mulheres nas atividades econômicas do país nos últimos anos, resultando na redução das taxas de fecundidade, e o envelhecimento da população. A expectativa é que esses movimentos persistam até 2045.

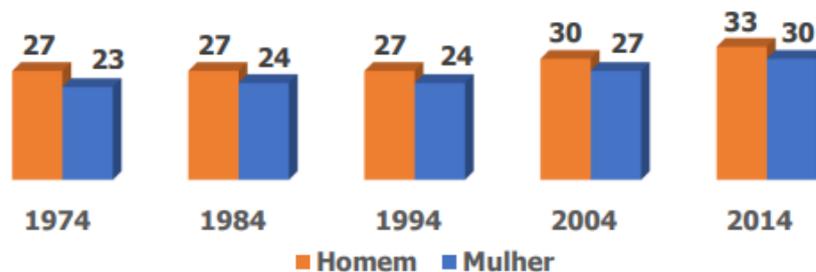
Quanto a inserção da mulher no mercado de trabalho, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio (Pnad), o ano de 2023 apresentou um recorde histórico de ocupação feminina como trabalhadora ativa, totalizando 43.380.636 mulheres, frente aos dados de 2022, que obteve como resultado 42.675.531 de mulheres (Brasil, 2024a).

Os fatores descritos no estudo do Brasil 2035, que justificam o aumento da participação da mulher na PEA, permanecem, a saber (Barbosa, 2014; Tafner; Botelho e Erbisti, 2014 e Guedes, 2008): (1) desdobramento da queda da fecundidade, ou seja, as mulheres passam menos tempo de vida envolvidas com a maternidade; (2) mudanças sociais que permitiram às mulheres melhor inserção no mercado de trabalho; (3) redução da participação masculina pela diminuição da oferta de trabalho no setor agrícola; além de (4) o aumento da parcela de participação feminina nos cursos de nível superior, possibilitando seu melhor posicionamento em um mercado de trabalho cada vez mais dinâmico e exigente.

Outro fator que justifica o crescimento da inserção da mulher no mercado de trabalho é o aumento do índice de escolaridade, ultrapassando o do homem. Resultados do Ministério da Educação, com base no censo escolar 2023, mostram que há uma predominância feminina na educação profissional e tecnológica (EPT), com 57,9% (1,3 milhões) das matrículas, bem como na educação de jovens e adultos (EJA), elas também apresentam um percentual maior, correspondendo a 51,9% (1,3 milhões) do total (Brasil, 2024b).

Outro dado interessante apresentado por um dos estudos realizados pelo Observatório Nacional da Família (ONF, 2022b), votado para casamentos e uniões estáveis, ajuda também a explicar esses movimentos demográficos. Tal estudo aponta que vem ocorrendo um acréscimo na idade média do brasileiro ao se casar, seja tanto para os homens quanto para as mulheres (Gráfico 9). Apesar de os dados serem de 2014, o movimento apresentado no Gráfico 10 mostra uma curva em crescimento, levando a tendências *de aumento da idade mínima média ao se casar dos brasileiros*. Esse movimento também justifica o crescimento das famílias unipessoais.

**GRÁFICO 10 - Idade média do Brasileiro ao se casar: 1974-2014**



Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE. Departamento de População. Estatísticas do Registro Civil 2014, p. 45.

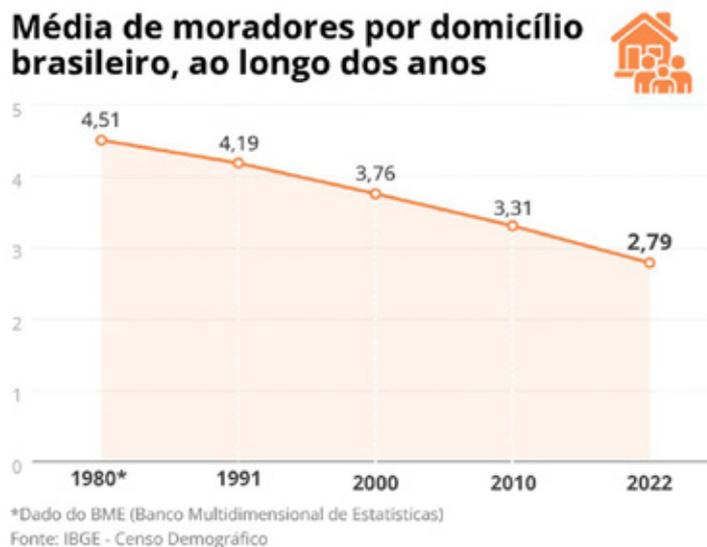
Fonte: Observatório Nacional da Família (2022b)

Segundo dados do Censo 2022, o País tem 90 milhões de domicílios, 34% a mais que em 2010. A média de moradores por domicílio é de 2,79, o que representa uma queda em relação a 2010. O processo de redução do número de habitantes por domicílio, apontado por Camarano, Kanso, Mello e Pasinato, (2014) permanece. Esse decréscimo vem sendo verificado há décadas, já que, 1980, era de 4,51 moradores por domicílio, em 1991, esse valor caiu para 4,19. O censo de 2000 apontou para 3,76 e, em 2010, o valor médio caiu para 3,31 moradores por domicílio (Gráfico 11). Segundo o IBGE, a queda na densidade domiciliar nos últimos dez anos foi mais

acentuada do que os 9,6% observados entre os Censos de 1991 e 2000. Esses dados salientam o quanto, na média, o tamanho das famílias brasileiras está menor.

Todas essas mudanças demográficas também afetam o setor imobiliário, famílias menores demandam imóveis de metragens menores.

**GRÁFICO 11 - Média de moradores por domicílio no Brasil: 1980-2022**



Segundo os resultados do IBGE (2023)<sup>10</sup>, a maior parte da população brasileira (64,6%) vive em *domicílios próprios* e já pagos, embora essa proporção venha *diminuindo* desde 2016 (que era de 67,8%). Entre a população mais pobre<sup>11</sup>, 65,4% vivem nessa condição. Sendo que, em 2022, 13,6% das pessoas que viviam em domicílios próprios não dispunham de documentação, o que representa uma redução de 2,0 pontos percentuais em relação a 2019 (11,6%). Entre a população mais pobre, 18,5% vivem em domicílios próprios sem documentação.

Entre os 20% com maiores rendimentos, esse percentual é menor: 64,2%. Já a proporção de domicílios alugados subiu de 17,3% em 2016 para 20,2% em 2022. Entre a população mais pobre, o percentual de domicílios alugados foi de 18,3%, 4,0 p.p.<sup>12</sup> acima de 2016. Entre os mais ricos, foi de 21,0% em 2022, 3,2 p.p. acima de 2016. A proporção de domicílios “próprios-pagando” era menor entre a população com os menores rendimentos (2,9%), e mais comum entre aqueles com maiores rendimentos (10,2%). Já a proporção dos “cedido” era maior entre os mais pobres (13,4%) e menor para os mais ricos (4,4%). Vale ressaltar que o rendimento domiciliar *per capita* médio da população dos 20% mais pobres era de R\$ 271,00 em 2022, e o dos 20% mais ricos, era de R\$ 4.484,00.

10 Resultados apresentados referentes a publicação da Síntese de Indicadores Sociais (SIS).

11 Refere-se à classe dos 20% com menores rendimentos.

12 p.p. – pessoas por domicílio.

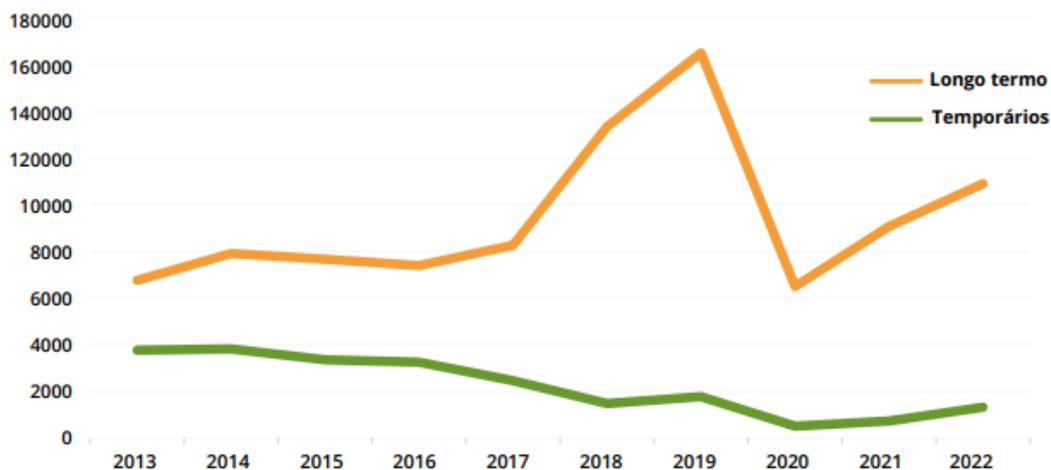
Segundo estudo da Fundação João Pinheiro (FJP, 2024), o déficit habitacional no Brasil em 2022 foi de 6,2 milhões moradias, o que representa 8,3% do total de habitações ocupadas no país. Em números absolutos, o indicador cresceu 4,2%, em comparação com 2019. Em 2021, a FJP (2021) já havia divulgado que o déficit habitacional brasileiro apresentava tendências de aumento, movimento este que se manteve entre 2016 e 2019. Permanece a incerteza se até 2045, haverá a redução do déficit habitacional no Brasil.

Nesse contexto, o déficit habitacional tende a se agravar no país. Sendo assim, permanece a tendência a redução do tamanho das famílias e o surgimento de novos arranjos familiares, com impacto na demanda por habitação até 2045.

### 3.4 Crescimento da imigração e da emigração no Brasil

A migração no Brasil sofreu grande impacto na última década em função do aumento da chega de refugiados ao país, segundo avaliação de Cavalcanti, Oliveira e Silva (2023). Se na avaliação realizada no âmbito do Brasil 2035, esperava-se um aumento do fluxo migratório, mesmo o Brasil não sendo considerado um destino visado por migrantes internacionais, essa realidade se alterou em função dos grandes fluxos migratórios observados vindos da Venezuela e do Haiti, em função da crise humanitária, e da Bolívia (Gráfico 12).

**GRÁFICO 12 - Número de solicitações de residência, longo termo e temporário, por ano – Brasil 2023-2022**



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal - SisMigra, 2022.

Entre 2013 e 2022 foram 1,6 milhão de registros de solicitações de residência e reconhecimento da condição de refugiado, quase o triplo do número de imigrantes residentes no Brasil, quando comparado ao Censo Demográfico de 2010. No ano de 2021, foi contabilizado, um total de 151.155 imigrantes, sendo 67.772 registros de mulheres, ou seja, quase a metade dos imigrantes registrados no país (Cavalcanti; Oliveria; Silva, 2023).

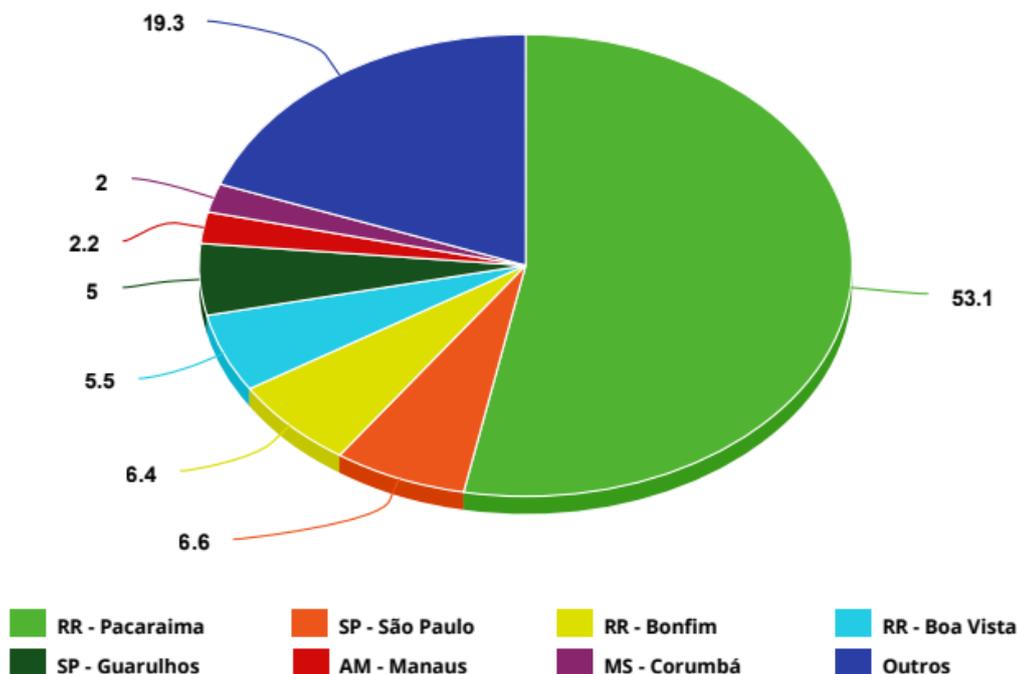
Esse movimento foi detectado no estudo do Brasil 2035 (Marcial *et al.* 2017) que destacou o aumento do número de imigrantes para o Brasil, uma vez que entre 2010 e 2014 haviam dobrado os pedidos de entrada de imigrantes no Brasil, segundo dados do Ministério da Justiça.

A migração haitiana se iniciou em 2010, representando a principal nacionalidade a solicitar residências de longo prazo. No mesmo período, em função da crise humanitária na Venezuela, no início dos anos 2010, o Brasil passa a fazer parte da rota de imigrantes venezuelanos.

Segundo Cavalcanti, Oliveira e Silva (2023), como muitas mulheres vieram acompanhadas de seus filhos, a participação relativa de crianças e adolescentes também aumentou no Brasil no período de 2013 a 2022, o que produziu um ligeiro rejuvenescimento na população Brasileira.

Segundo o Gráfico 13, a cidade brasileira que mais recebeu refugiados foi Pacaraima em Roraima, em função de sua proximidade a Venezuela. A Venezuela lidera o número de refugiados no Brasil, chegando à marca de cerca de 50 mil refugiados venezuelanos, no período de 2013 a 2022.

**GRÁFICO 13 - Número relativo de solicitação da condição de refugiado segundo as principais cidades – Brasil 2023-2022**



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal - STI-MAR e CG CONARE, SISCONARE, 2022.

Conforme observado no estudo do Brasil 2035 (Marcial *et al.*, 2017), o Brasil permanece atrasado no contexto mundial no que diz respeito à criação de leis de “atração” de imigrantes, o que se revela paradoxal uma vez que, em breve, o país necessitará desse fluxo de população em direção ao país, além de já precisarmos de mão de

obra qualificada, viabilizando o intercâmbio de conhecimento. Enquanto o trabalhador estrangeiro qualificado tem um alto valor para a economia global, ele é subvalorizado no Brasil, uma vez que não há uma política voltada para a atração e a manutenção de mão-de-obra qualificada no país. O grau de escolaridade e o tipo de inserção que esses imigrantes terão no país são incertezas que determinarão os efeitos futuros desses fluxos migratórios. Segue então como uma incerteza se, até 2045, haverá uma intensificação de imigrações internacionais para o Brasil; se o Brasil possuirá uma política de atração de imigrantes com alto nível de escolaridade; e se o País conseguirá absorver esse recente fluxo migratório.

Observando o outro lado da moeda, verifica-se um crescimento da migração de brasileiros para o exterior segundo dados da ONU (2021), conforme mostra a Tabela 2. O país que mais recebe brasileiros é o Estados Unidos, mais de 6 vezes que o segundo colocado que é Portugal (Tabela 3).

**TABELA 2 - Evolução do número de brasileiros no exterior: 2009-2020**

**Evolução do número de brasileiros no exterior ao longo do tempo**

ANO	Número (ESTIMADO)
2009	3.180.074
2010	3.122.813
2012	1.898.762
2013	2.801.249
2014	3.105.922
2015	2.722.316
2016	3.083.255
2018	3.590.022
2020	4.215.800

Fonte: MRE (2021c, p.4).

**TABELA 3 - Número de brasileiros por países (2020)**

**Número de brasileiros por países (2020)<sup>7</sup>**

ANO	Número (ESTIMADO)
Estados Unidos	1.775.000
Portugal	276.200
Paraguai	240.000
Reino Unido	220.000
Japão	211.138
Itália	161.000

Fonte: Autoria da OIM com dados do MRE (2021c).

Apesar de não haver estatísticas que mostrem que, dentre esses migrantes brasileiros, há uma grande “fuga de cérebros”, foram encontradas algumas reportagens que abordam o tema, como por exemplo a da BBC, de 2020, que afirma que os doutores brasileiros preferiam deixar o Brasil para continuar pesquisas em outros países<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> Fuga de cérebros: os doutores que preferiram deixar o Brasil para continuar pesquisas em outro país. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51110626>. Acesso em: 01/07/2024.

Em outra reportagem publicada pelo Correio Brasiliense, na coluna “Eu Estudante”, em 2022, afirma que a “fuga de cérebros” do Brasil para o exterior bateu recorde<sup>14</sup>. Segundo a reportagem, o número de brasileiros que decidiram trocar o Brasil para viver e trabalhar no exterior supera a média dos últimos anos. Para Portugal, as requisições aumentaram 200% em 2022, frente ao mesmo período em 2021. Para os Estados Unidos, o crescimento foi de 114% e chegou a 544% para a Austrália e a Nova Zelândia

Já em 2023, a BBC<sup>15</sup> alerta para a fuga de cérebros no campo da Inteligência Artificial<sup>16</sup>. O Correio Brasiliense também retoma o tema em 2023 e argumenta que tanto a procura dos brasileiros por experiências internacionais quanto a flexibilização das regras de migração dos países desenvolvidos votados para esse público estão contribuindo com a fuga de cérebros do Brasil<sup>17</sup>. Reportagem veiculada no Jornal da USP (Universidade de São Paulo), também 2023, alerta sobre a necessidade de o Brasil atrair profissionais qualificados e manter os que são formados aqui<sup>18</sup>.

Nesse contexto de crescimento da migração de brasileiro para o exterior, e da fuga de cérebros do Brasil para o exterior, emerge as seguintes incertezas: *Até 2045, serão desenvolvidas políticas públicas para a redução da fuga de cérebros brasileiros e retorno dos que foram? Será contida a fuga de cérebros por migração de brasileiros para o exterior até 2045? Haverá retorno de cérebros para o Brasil até 2045?*

## 4. Infraestrutura social insuficiente no Brasil

A tendência de *permanência da insuficiência de investimentos em infraestrutura social* foi destacada no estudo do Brasil 2035 (Marcial *et al.*, 2017) e os dados atualizados mostram sua manutenção.

Em 2022, cerca de 124,1 milhões de pessoas vivem em concentrações urbanas (61%), que são arranjos populacionais ou municípios isolados com mais de 100 mil habitantes. Cerca de 44,8% dos municípios brasileiros tinham até 10 mil habitantes, mas apenas 12,8 milhões de pessoas, ou 6,3% da população do país, viviam em cidades desse porte. Esses dados mostram a *manutenção da maior parte da população brasileira vivendo em cidades*.

Desde a década de 1980, o Brasil se consolidou como um país urbano e metropolitano. Segundo o Censo demográfico, em 2010, 84,0% da população brasileira vivia em cidades, sendo que 47,0% dessa população residia

14 Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2022/12/5057142-numero-de-brasileiros-que-estao-trabalhando-no-externo-e-recorde.html>. Acesso em: 01/07/2024.

15 BBC – British Broadcasting Corporation.

16 Fuga de cérebros: Brasil está perdendo talentos em inteligência artificial para exterior, diz ranking. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv2lklwl4x9o>. Acesso em: 01/07/2024.

17 Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2023/09/5127804-fuga-de-cerebros-brasil-perde-disputa-global-por-talentos.html>. Acesso em: 01/07/2024.

18 Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/apos-recorde-de-fuga-de-cerebros-brasil-precisa-voltar-a-atrair-profissionais/>. Acesso em: 01/07/2024.

nas regiões metropolitanas (RMs) do país. Em 2022, essa população urbana passa para 87,6% e 85% vivem em grandes centros urbanos. Em 2000, cerca de 18,8% da população brasileira vivia no campo. Em 2022, o percentual caiu para 12,4%, mostrando a *manutenção da migração do campo para a cidade*.

Segundo dados do Banco Mundial<sup>19</sup>, em 22 anos, a população rural brasileira encolheu 34%, e o percentual da população rural brasileira (12,4%, em 2022) já é menor do que na Alemanha, França e Estados Unidos.

Entretanto, os investimentos em infraestrutura social não acompanharam esta urbanização que se mantém acelerada. Grande parte das cidades permanece enfrentando problemas relativos à *urbanização desordenada* como: crescente poluição, déficit habitacional e de saneamento básico, congestionamentos, acidentes de trânsito, além da baixa qualidade e eficácia dos transportes públicos, apesar do alto custo e com impactos sociais e ambientais negativos *permanecendo a insuficiência de investimentos em infraestrutura social até 2045*, se nada for feito.

No caso da mobilidade urbana, apesar dos avanços das políticas públicas, problemas antigos *permanecem como a insuficiência da oferta de transporte público, grandes congestionamentos, falta de ciclovias e de cultura de uso de bicicletas, e acessibilidade* são alguns dos exemplos.

Quanto as ciclovias, é possível verificar que em diversas capitais houve avanços, mas seu uso é baixo. Possivelmente pela falta de cultura; por sermos um país tropical, que muitas vezes impede o uso de bicicletas para o deslocamento; ou pela falta de integração com outros meios de transportes.

Quanto aos veículos, segundo os dados do IBGE (2022) a frota nacional era de 45.029.257, em 2006, e passou para 115.116.532 em 2022, representando um salto de 155,65% em 16 anos – na média, 4,3 milhões de veículos por ano, o que contribui significativamente para o aumento dos congestionamentos. Conforme destacado no estudo do Brasil 2035 (Marcial, 2017), o *crescimento da frota de veículos motorizados individuais e, em consequência, um aumento do tempo de deslocamento casa-trabalho*<sup>20</sup>

Outro ponto que prejudica a mobilidade urbana é a *manutenção da falta de um sistema de transporte urbano de passageiros sobre trilhos*. Dentre as capitais brasileiras somente 12 das 27 capitais possuem e, mesmo assim, sem atender a toda todos os bairros. A melhor malha está localizada em São Paulo, com 377,2 quilômetros e 187 estações<sup>21</sup> somando as linhas de metrô, trens urbanos e monotriho. Em 2º lugar fica o Rio de Janeiro, com uma rede integrada de 287,5 quilômetros. Há ainda outros 3 sistemas de VLT (veículo leve sobre trilhos) em municípios do interior. Apesar de fechar uma malha metroferroviária de 1.145 quilômetros em 2023, a maior

19 Êxodo rural no Brasil é quase o dobro da média mundial e desafia sustentabilidade do campo e cidade. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/02/18/exodo-rural-no-brasil-e-quase-o-dobro-da-media-mundial-e-desafia-sustentabilidade-do-campo-e-cidade>. Acesso em: 02/07/2024.

20 Parâmetro para mensuração da mobilidade urbana.

21 O metrô de Nova York tem 1.056 quilômetros de trilhos e 369 quilômetros de linhas.

parte está concentrada no Sudeste.<sup>22</sup>. Permanece então a incerteza se, até 2045, o tempo de deslocamento casa-trabalho será reduzido no Brasil.

Conforme também abordado no estudo do Brasil 2035 (Marcial *et al.*, 2017) e já apresentado neste capítulo, apesar dos avanços de políticas públicas, como “Minha casa, minha vida”, permanece o déficit de oferta de moradia, em função do aumento da demanda por habitação, sobretudo nas grandes metrópoles, seja por questões demográficas – redução do tamanho das famílias, conforme já abordado –, seja por conta da manutenção, em menor escala, do êxodo rural em direção as cidades.

Um olhar retrospectivo, destacado no Brasil 2035 (Marcial *et al.*, 2017), mostra que entre as décadas de 1980 e 2000, houve uma crescente construção de moradias em condições precárias. Segundo o estudo, pelo fato de o Brasil ter sofrido um *aprofundamento da pobreza urbana* e do *crescimento dos déficits habitacional*. Entre 1991 e 2000, a população moradora em “favelas” cresceu 84% no país, enquanto a população geral teve um incremento de apenas 15,7%. Segundo o Censo 2010, havia mais de 11 milhões de pessoas – o equivalente a 6% da população do país – vivendo em aglomerados subnormais<sup>23</sup>. Esse valor representa um pouco mais que a população total de Portugal ou três vezes a população do Uruguai.

Essa realidade não se alterou muito de 2000 a 2019. Dados coletados pelo IBGE em 2019<sup>24</sup>, apontam a existências de mais de 5 milhões de residências precárias, caracterizadas pela irregularidade no padrão urbanístico e a falta de abastecimento de água, coleta de lixo, destinação de esgoto ou fornecimento de energia. Em 2023, a pesquisa Data Favela 2023, mostrou que o número de favelas no Brasil dobrou na última década, totalizando 13.151 mapeadas pelo país<sup>25</sup>. Para piorar a situação, as favelas cresceram 15% em área de risco, segundo o MapBio<sup>26</sup>, o que agrava a possibilidade de desastres ambientais seguidos de perdas de vidas humanas. Como pouco tem sido feito para a retirada das pessoas dessas áreas de risco, muito em função do custo político, fica a incerteza se até 2045 *haverá uma redução em mais de 50% das habitações em áreas de risco?* Bem como a incerteza se o *déficit habitacional diminuirá em todas as regiões do país nesse mesmo período*.

Quanto ao saneamento básico, o Censo 2022, mostra que a rede de esgoto alcança 62,5% da população. Esse índice era de 44,4% em 2000 e subiu para 52,8% em 2010. Conforme abordado no estudo do Brasil 2035 (Marcial *et al.*, 2017), podem ter contribuído com essa melhoria o fato de o Brasil ter internalizado tratados internacionais, como o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em meados dos anos 1990,

22 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/infraestrutura/sistemas-de-metro-so-chegam-a-12-das-27-capitais-leia-a-lista/#:~:text=Expans%C3%A3o%20da%20malha,17%2C3%20km%20por%20por%20ano>. Acesso em: 2/7/2024.

23 Aglomerados subnormais – nome técnico dado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para designar locais como favelas, invasões e comunidades com, no mínimo, 51 domicílios.

24 Quase dois terços das favelas estão a menos de dois quilômetros de hospitais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27728-quase-dois-tercos-das-favelas-estao-a-menos-de-dois-quilometros-de-hospitais>. Acesso em: 02/07/2024.

25 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/favela-cresce-demograficamente-e-movimenta-mais-de-r-200-bilhoes>. Acesso em: 02/07/2024.

26 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/ciencia/no-brasil-favelas-cresceram-15-em-areas-de-risco>. Acesso em: 02/07/2024.

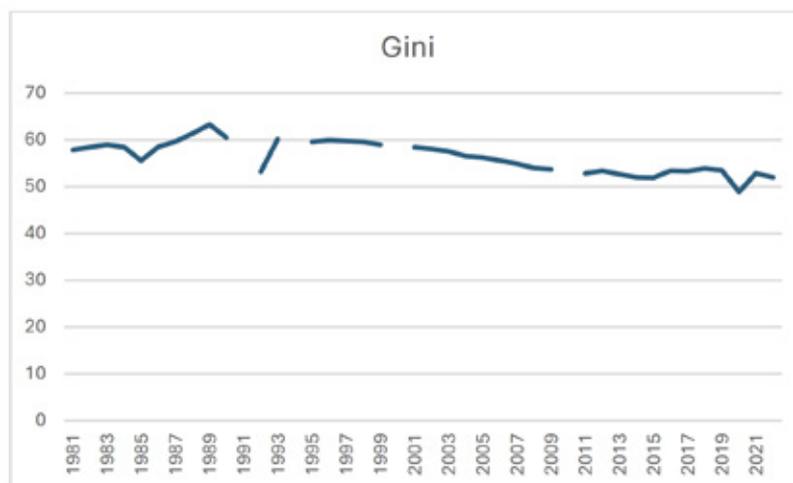
a melhora do ambiente regulatório com a publicação da Lei nº 11.445/2007 – a “Lei Nacional do Saneamento Básico” – e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, publicada pela Lei nº 12.305/2010. Entretanto, ainda há um grande caminho a ser percorrido, como as dificuldades na gestão e distribuição de responsabilidades entre a União, estados, municípios e o setor privado apontados por Cunha (2011, p. 7-8) que ainda não foram solucionados. Para se ter uma ideia da gravidade do problema, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), em 2020 a posição do Brasil no *ranking* mundial do saneamento básico<sup>27</sup>, que reúne 195 países, era de 101 lugar, permanecendo como incerteza se, até 2045, o saneamento básico atingirá 90% das áreas urbanas.

Ressalta-se que, essas incertezas ligadas aos temas saneamento, habitação e mobilidade urbana podem ser definidas em uma incerteza-chave: *Haverá infraestrutura urbana (saneamento, habitação e mobilidade) que assegure qualidade de vida nos grandes centros urbanos brasileiros até 2045?*

## 5. Manutenção da desigualdade social no Brasil

A população brasileira, ao longo da sua história, foi marcada por uma forte desigualdade social e econômica. Uma das formas de se apresentar essa alta desigualdade é por meio do índice de Gini, que quanto mais perto de 1 está o índice, maior é a desigualdade. Segundo dados do Banco Mundial<sup>28</sup>, apesar de esse índice ter apresentado uma queda de quase 10 pontos percentuais da década de 1990 à de 2023, ele ainda é alto, apresentado o valor de 0,52 em 2022 (Gráfico 14). Segundo dados mais recentes do IBGE, em 2023 o índice de Gini se manteve o mesmo de 2022.

**GRÁFICO 14 - Evolução do Índice de Gini**



**Fonte:** Elaboração da autora com base em Banco Mundial, Índice de Gini – Brasil (<https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI>).

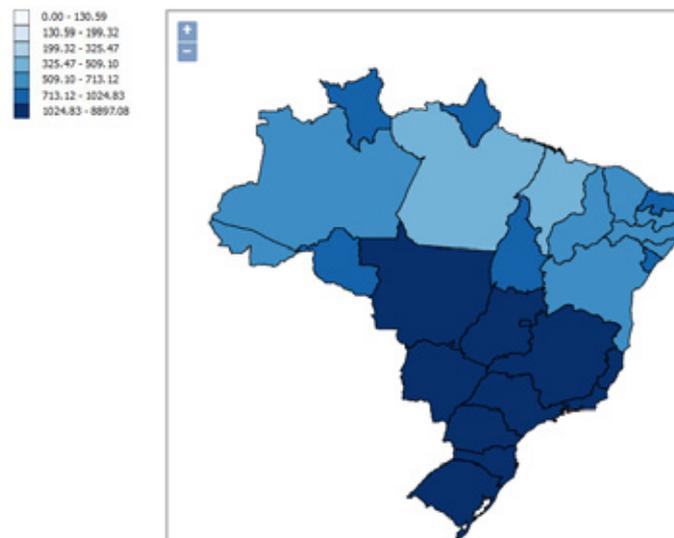
27 Disponível em: <https://www.fusati.com.br/ranking-do-saneamento-2023/#:~:text=Com%20base%20nos%20dados%20da,os%20195%20pa%C3%ADses%20do%20globo..> Acesso em: 02/07/2024.

28 Índice de Gini Brasil - Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI?contextual=default&locations=BR>. Acesso em: 02/07/2024.

Os dados apresentados podem ser considerados ainda piores, visto que estudo realizado sobre desigualdade de renda no Brasil, por Neri e Hecksher (2023), da Fundação Getúlio Vargas, aponta que o índice de Gini chegou a 0.7068 em 2020, bem acima dos 0,6013 calculados pela Pnad Contínua<sup>29</sup>. Os cálculos foram realizados unindo a base de dados do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) à da Pnad Contínua. Segundo o estudo essa discrepância ocorreu, pois as perdas dos mais ricos (dos 1%+ foi -1,5%) foram menos da metade das da classe média (-4,2%), a grande perdedora da pandemia.

Essa desigualdade também se mostra de forma regional, sendo a renda média da população dos estados pertencentes às regiões Sul, Sudeste e parte da Centro Oeste, bem maiores que as do Norte e Nordeste (Figura 2).

**FIGURA 2 - Renda média da população em 2020 por Unidade da Federação (UF)**



**Fonte:** Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) – Mapa da Riqueza<sup>30</sup>.

Segundo dados do IBGE<sup>31</sup>, em 2023, que os 10% da população brasileira com maior rendimento domiciliar por pessoa apresentaram, renda mensal média de R\$ 7.580, o que representa uma renda 14,4 vezes superior à dos 40% mais pobre, que obtiveram R\$ 527. Apesar de representar uma grande desigualdade, observa-se um aumento da renda per capita, visto que ambos os valores são os maiores registrados para cada faixa de renda nos anos anteriores.

A série histórica do IBGE, teve início em 2012. Naquela época, a relação era de 16,3 vezes superior. Entretanto, os menores rendimentos têm apresentado um crescimento maior que os do topo da pirâmide. Em 2019, os

29 Pnad Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: é uma pesquisa realizada pelo IBGE que tem como objetivo produzir permanentemente informações sobre a população brasileira.

30 Disponível em: <https://cps.fgv.br/r-renda-media-da-populacao-uf-2020>. Acesso em 02/07/2024.

31 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-04/renda-dos-10-mais-ricos-e-144-vezes-superior-dos-40-mais-pobres#:~:text=Em%202019%2C%20os%2040%25%20da,eleva%C3%A7%C3%A3o%20de%2038%2C5%25..> Acesso em: Acesso em 02/07/2024.

40% da população com menores rendas tiveram evolução nos rendimentos de 19,2%. Já os 10% com maiores rendimentos registraram aumento de 1,51%. Entre 2022 e 2023, enquanto o rendimento médio domiciliar por pessoa cresceu 11,5%, o segmento dos 5% mais pobres teve elevação de 38,5%<sup>32</sup>.

O processo tem se apresentado lento, mas vem ocorrendo. Entretanto, a *desigualdade ainda é muito alta*, não sendo possível afirmar se haverá uma significativa redução da desigualdade social no Brasil até 2045, visto que essa redução passa por uma melhoria significativa na educação. O aumento do nível educacional da população poderia contribuir com a promoção de uma maior ocupação de postos de trabalho com melhores salários e, por conseguinte, redução da desigualdade.

Muitos advogam que parte da redução da desigualdade social observada é fruto de mecanismos de inclusão social, como o bolsa família. O problema é que esse tipo de mecanismo não gera desenvolvimento, pois não está atrelado a inclusão dessa população mais carente ao mercado de trabalho (Vellala; Madala; Chhattopadhyay, 2014). Sendo assim, não é possível afirmar se até 2045 serão desenvolvidos mecanismos de inclusão social produtiva?

## 6. Síntese das sementes de futuro levantadas

Apresenta-se, a seguir, uma síntese das 74 sementes de futuro levantadas no âmbito das dinâmicas populacionais com suas respectivas classificações. Destaca-se que foram identificadas 41 tendências, 21 incertezas e 12 surpresas inevitáveis associadas às dinâmicas populacionais.

1. Manutenção do crescimento da população brasileira até a década de 2040 a taxas marginais decrescentes. (Tendência)
2. Em 2040, a população brasileira iniciará seu processo de queda. (Surpresa inevitável)
3. Em 2045, a população brasileira terá tamanho menor do que o apresentado em 2045. (Surpresa inevitável)
4. Manutenção da concentração populacional em algumas regiões/estados do país (Tendência)
5. Haverá uma redistribuição da população no território brasileiro até 2045. (Incerteza)
6. Manutenção da transição demográfica para uma população cada vez mais envelhecida no Brasil, impactando as políticas públicas. (Tendência)

<sup>32</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-04/renda-dos-10-mais-ricos-e-144-vezes-superior-dos-40-mais-pobres#:~:text=Em%202019%2C%20os%2040%25%20da,eleva%C3%A7%C3%A3o%20de%2038%2C5%25>. Acesso em: 02/07/2024.

7. Manutenção do aumento da expectativa de vida ao nascer. (Tendência)
8. Em 2045, a expectativa de vida ao nascer será de 80 anos em 2045. (Surpresa inevitável)
9. Manutenção da queda da taxa de natalidade no Brasil. (Tendência)
10. Manutenção da redução da taxa de mortalidade no Brasil. (Tendência)
11. Permanências da taxa de fecundidade brasileira abaixo de 2 filhos até 2045. (Tendência)
12. Redução da quantidade de crianças até 14 anos no Brasil. (Tendência)
13. Até 2045 a população de idosos no Brasil será o dobro da registrada em 2022. (Surpresa inevitável)
14. Em 2030, a população de mais de 65 anos de idade deverá ser superior a população entre 0 e 14 anos no Brasil. (Surpresa inevitável)
15. As regiões Sul e Sudeste permanecerão com os maiores índices de envelhecimento e a maior população de idosos. (Tendência)
16. O Brasil será durante o século XXI um dos quatro países com o envelhecimento populacional mais rápido do mundo. (Surpresa inevitável)
17. A população com mais de 65 anos de idade deverá ser superior a população entre ) e 14 por volta de 2040. (Surpresa inevitável)
18. Fim do bônus demográfico brasileiro por volta de 2030. (Surpresa inevitável)
19. Crescimento da demanda por cuidadores de idosos. (Tendência)
20. Crescimento da busca por produtos e serviços especializados que forneçam melhor qualidade de vida ao idoso. (Tendência)
21. Envelhecimento da população, impactando as políticas públicas, em especial o sistema de seguridade social até 2045. (Tendência)
22. Aumento significativo dos gastos públicos com previdência, fruto do envelhecimento da população brasileira. (Surpresa inevitável)

23. Aumento dos gastos da União para provisão de cuidados para a população idosa, em especial com a saúde. (Tendência)
24. Aumento da dificuldade de financiamento da previdência social. (Tendência)
25. Redução da oferta de força de trabalho. (Tendência)
26. Redução da força produtiva. (Surpresa inevitável)
27. Aumento da idade de permanência na PEA. (Surpresa inevitável)
28. Inclusão progressiva da população idosa nas atividades econômicas do país. (Surpresa inevitável)
29. Haverá políticas públicas voltadas para a reversão do movimento de redução da taxa de fecundidade brasileira até 2045, a exemplo do que ocorre em outros países? (Incerteza)
30. O Brasil conseguirá reverter o processo de redução da taxa de fecundidade? (Incerteza)
31. Haverá adaptação da sociedade à longevidade da população em prol do seu bem-estar? (Incerteza)
32. Manutenção do crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho. (Tendência)
33. Aumento da parcela de participação feminina nos cursos de nível superior (Tendência)
34. Redução do tamanho das famílias e o surgimento de novos arranjos familiares, com impacto na demanda por habitação até 2045. (Tendência)
35. Redução do tamanho das famílias e aos novos arranjos familiares com impacto na demanda por habitação. (Tendência)
36. Aumento da idade mínima média ao se casar dos brasileiros. (Tendência)
37. Redução do número de casais com filho. (Tendência)
38. Aumento do número de casais sem filho. (Tendência)
39. Crescimento da demanda por moradia. (Tendências)

40. Crescimento do déficit habitacional no Brasil. (Tendência)
41. Manutenção do déficit de oferta de moradia. (Tendências)
42. Até 2045, haverá a redução do déficit habitacional no Brasil? (Incerteza)
43. Manutenção da maior parte da população brasileira vivendo em domicílios próprios. (Tendência)
44. Redução do número de moradores que vivem em domicílios próprios. (Tendência)
45. Aumento do número de domicílios com número médio de moradores reduzido. (Tendência)
46. Aumento da demanda por domicílios pequeno, abrigando uma única pessoa. (Tendência)
47. O déficit habitacional diminuirá em todas as regiões do país até 2045? (Incerteza)
48. Haverá redução em mais de 50% de habitações em áreas de risco até 2045 no Brasil? (Incerteza)
49. Manutenção da concentração populacional em algumas regiões/estados do país. (Tendência)
50. Haverá uma redistribuição da população no território brasileiro até 2045? (Incerteza)
51. Crescimento da imigração e da emigração no Brasil. (Tendência)
52. Até 2045, haverá uma intensificação de imigrações internacionais para o Brasil? (Incerteza)
53. O Brasil possuirá uma política de atração de imigrantes com alto nível de escolaridade até 2045? (Incerteza)
54. O Brasil conseguirá absorver esse recente fluxo migratório de refugiados até 2045? (Incerteza)
55. Até 2045, serão desenvolvidas políticas públicas para a redução da fuga de cérebros brasileiros e retorno dos que foram? (Incerteza)
56. Será contida a fuga de cérebros por migração de brasileiros para o exterior até 2045? (Incerteza)
57. Haverá retorno de cérebros para o Brasil até 2045? (Incerteza)
58. Manutenção da maior parte da população brasileira vivendo em cidade. (Tendência)

59. Manutenção dos movimentos migratórios do campo para as cidades no Brasil. (Tendência)
60. Manutenção da urbanização desordenada no Brasil. (Tendência)
61. Permanência da insuficiência de investimentos em infraestrutura social no Brasil. (Tendência)
62. Haverá infraestrutura urbana (saneamento, habitação e mobilidade) que assegure qualidade de vida nos grandes centros urbanos brasileiros até 2045? (Incerteza)
63. Haverá infraestrutura urbana (saneamento, habitação e mobilidade) que assegure qualidade de vida nos grandes centros urbanos brasileiros até 2045? (Incerteza)
64. Até 2045, o saneamento básico atingirá 90% das áreas urbanas brasileiras? (Incerteza)
65. Permanência da insuficiência da oferta de transportes público. (Tendência)
66. Manutenção dos grandes congestionamentos nos grandes centros urbanos. (Tendência)
67. Manutenção da falta de ciclovias e de cultura de uso de bicicleta. (Tendência)
68. Manutenção da baixa acessibilidade nas cidades brasileiras. (Tendência)
69. Até 2045, o tempo de deslocamento casa-trabalho será reduzido no Brasil? (Incerteza)
70. Até 2045 haverá uma redução em mais de 50% das habitações em áreas de risco? (Incerteza)
71. O déficit habitacional diminuirá em todas as regiões do país até 2045. (Incerteza)
72. Manutenção da desigualdade social no Brasil. (Tendências)
73. Haverá significativa redução da desigualdade social no Brasil até 2045? (Incerteza)
74. Até 2045, serão desenvolvidos novos mecanismos de inclusão social produtiva? (Incerteza)

## 7. Conclusão

Este artigo oferece uma análise aprofundada das dinâmicas populacionais brasileiras e suas implicações para o futuro do país até 2045. Ao identificar e discutir tendências, incertezas e surpresas inevitáveis, a pesquisa contribui para a compreensão dos desafios e oportunidades que o Brasil enfrentará nas próximas décadas. Do ponto de vista metodológico, o estudo se destaca pela combinação de abordagens qualitativas e quantitativas, utilizando dados demográficos e projeções, bem como a expertise de especialistas em diversas áreas. Essa triangulação de métodos confere robustez à análise e permite uma visão abrangente das complexas interações entre as dinâmicas populacionais e outros aspectos da sociedade brasileira.

Para as organizações, em especial as de Estado, este artigo oferece um rico conjunto de informações e reflexões que podem subsidiar o processo decisório e o planejamento de longo prazo. As tendências e incertezas identificadas, como o envelhecimento da população, a redução da fecundidade, as mudanças nos arranjos familiares, os fluxos migratórios e a persistente desigualdade social, demandam respostas estratégicas e ações coordenadas em diferentes áreas, como saúde, previdência, educação, habitação, infraestrutura e políticas sociais. A análise detalhada dessas questões e suas interconexões fornece um quadro valioso para a formulação de políticas públicas eficazes e a construção de um futuro mais justo e sustentável para o Brasil.

A identificação de surpresas inevitáveis, como o decréscimo populacional a partir de 2040 e o fim do bônus demográfico em 2030, alerta para a necessidade de ações imediatas e adaptações urgentes. O estudo evidencia a importância de se considerar as mudanças demográficas no planejamento estratégico, a fim de antecipar seus impactos e aproveitar as oportunidades que possam surgir. A atenção às dinâmicas populacionais é fundamental para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento e o bem-estar da sociedade brasileira nas próximas décadas.

Em suma, este artigo representa uma contribuição relevante para a ciência e para as organizações, em particular as de Estado. Ao analisar as tendências e incertezas demográficas e suas implicações, o estudo fornece subsídios valiosos para o processo decisório e o planejamento de longo prazo, permitindo que o Brasil se prepare para os desafios e oportunidades que o futuro reserva. A abordagem metodológica rigorosa e a análise abrangente das questões sociodemográficas tornam este trabalho uma referência importante para pesquisadores, gestores públicos e todos aqueles interessados no futuro do país.

O estudo reforça a necessidade de um olhar atento e proativo para as dinâmicas populacionais, a fim de construir um futuro mais próspero e equitativo para todos os brasileiros. As transformações demográficas em curso exigem respostas inovadoras e ações coordenadas, que levem em conta as necessidades de uma população em constante mudança. Somente assim o Brasil poderá trilhar um caminho rumo ao desenvolvimento sustentável e à justiça social, garantindo um futuro promissor para as próximas gerações.

## Referências

Alves, José Eustáquio Diniz. Brasil terá quase 70 milhões de idosos em 2050: As oportunidades de crescimento econômico e desafios na saúde e na educação provocados pelo rápido envelhecimento da população. **#Colabora**, nov. 2023. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods11/brasil-tera-quase-70-milhoes-de-idosos-em-2050/>. Acesso em 13/06/2024.

Alves, José Eustáquio Diniz. A transição demográfica e a redução do número de crianças, adolescente e jovens no Brasil. **ComCiência**, out. 2023b. Disponível em: <https://www.comciencia.br/a-transicao-demografica-e-a-reducao-do-numero-de-criancas-adolescentes-e-jovens-no-brasil/#:~:text=Portanto%2C%20no%20final%20do%20s%C3%A9culo,para%2088%20milh%C3%B5es%20em%202100>. Acesso em 13/06/2024.

Barbosa, Ana Luiza Neves de Holanda. Participação feminina na força de trabalho brasileira: evolução e determinantes. In: Camarano, Ana Amélia (Org.). Novo regime demográfico. Uma nova relação entre população e desenvolvimento? Brasília: Ipea, 2014.

Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. **Mulheres no Mercado de Trabalho: Uma Evolução Constante Rumo à Igualdade**. Março de 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/mulheres-no-mercado-de-trabalho-uma-evolucao-constante-rumo-a-igualdade#:~:text=Segundo%20dados%20da%20Pesquisa%20Nacional,2022%20que%20obteve%2042.675.531>. Acesso em: 1/07/2024.

Brasil. Ministério da Educação. Ministério da Educação divulga panorama das mulheres na educação básica. Março de 2024b. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202403/saiba-mais-sobre-o-panorama-das-mulheres-na-educacao-basica#:~:text=Em%202020%2C%20no%20ensino%20fundamental,evas%C3%A3o%20atingiu%207%2C3%25>. Acesso em: 01/07/2024.

Camarano, Ana Amélia; Kanso, Solange; Mello, Juliana Leitão; Pasinato, Maria Tereza. Famílias: espaço de compartilhamento de recursos e vulnerabilidades. In: Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Silva, S. L. Relatório Anual OBMigra 2023 - OBMigra 10 anos: Pesquisa, Dados e Contribuições para Políticas. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023.

Cavalcanti, Leonardo; Oliveira, Tadeu de; Silva, Sarah F. Lemos. **Relatório Anual OBMigra 2023**. OBMigra 10 anos: Pesquisa, Dados e Contribuições para Políticas. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023.

Cunha, Alexandre dos Santos. Saneamento Básico no Brasil: desenho institucional e desafios federativos. **Texto para Discussão**, Rio de Janeiro, v. 1565, jan. 2011.

Fundação João Pinheiro. **Déficit Habitacional no Brasil apresenta tendência de aumento.** Fundação João Pinheiro. FJP, março de 2021. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil-apresenta-tendencia-de-aumento/>. Acesso em: 1/7/2024.

Fundação João Pinheiro. **SP e MG têm o maior déficit habitacional no Brasil.** FJP, maio de 2024. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/sp-e-mg-tem-o-maior-deficit-habitacional-no-brasil/#:~:text=N%C3%BAmeros%20foram%20atualizados%20pela%20FJP,de%20habita%C3%A7%C3%B5es%20ocupadas%20no%20pa%C3%ADs.> Acesso em: 1/7/2024.

Fusco, W. **Sem mudança na taxa de fecundidade, população pode começar a cair em 2035 no Brasil,** explica pesquisador da Fundaj. FUNDAJ, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias-1/sem-mudanca-na-taxa-de-fecundidade-populacao-pode-comecar-a-cair-em-2035-no-brasil-explica-pesquisador-da-fundaj>. Acesso em: 12/06/2024.

Guedes, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, ciência, saúde-Manguinhos**, v.15, 2008.

IBGE. **Censo demográfico 2022.** População por idade e sexo, pessoas de 60 anos ou mais de idade. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102038.pdf>. Acesso em 13/06/2024.

IBGE. **Domicílios próprios predominam, mas 13,5% deles não têm documentação.** Síntese de Indicadores Sociais (SIS). Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2023. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38544-domicilios-proprios-predominam-mas-13-5-deles-nao-tem-documentacao#:~:text=Destaques,2016%20\(67%2C8%25\).&text=A%20condi%C3%A7%C3%A3o%20de%20domic%C3%ADlio%20alugado,20%2C2%25%20em%202022.](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38544-domicilios-proprios-predominam-mas-13-5-deles-nao-tem-documentacao#:~:text=Destaques,2016%20(67%2C8%25).&text=A%20condi%C3%A7%C3%A3o%20de%20domic%C3%ADlio%20alugado,20%2C2%25%20em%202022.) Acesso em: 14/06/2024.

IBGE. **De 2010 a 2022, população brasileira cresce 6,5% e chega a 203,1 milhões.** Out. 2023b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes#:~:text=A%20capital%20baiana%20passou%20de,%C3%A9%20algo%20in%C3%A9dito%20no%20pa%C3%ADs.> Acesso em: 12/06/2024. Acesso em 13/06/2024.

Marcial, E.C. *et al.* **Brasil 2035:** cenários para o desenvolvimento do Brasil. Brasília: Ipea, 2017.

ONF – Observatório Nacional da Família. **Fatos e números:** Arranjos familiares no Brasil. Observatório da família, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/ArranjosFamiliaresDEFESOELEITORAL.pdf>. Acesso em: 01/07/2024.

ONU. **Brasil, empoderando a diáspora SulAmerica como agente do desenvolvimento sustentável.** (2021) Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/brasil-empoderando-diaspora.pdf>. Acesso em: 01/07/2024.

United Nation. Departmente of Economic and Social Affairs Population Division. **World Population Prospective 2022.** Disponível em: <https://population.un.org/wpp/Graphs/DemographicProfiles/Line/76>. Acesso em: 12/06/2024.

Vellala, Paramasivan S.; Madala, Mani K.; Chhattopadhyay, Utpal. A Theoretical Model for Inclusive Economic Growth in Indian Context. **International Journal of Humanities and Social Science**, v. 4, n. 13; Nov. 2014.

## *Trends and uncertainties about Brazilian populational dynamics up to 2045*

**Resumo** O entendimento das mudanças demográficas e suas expectativas de comportamento futuro constituem elementos fundamentais para qualquer processo de planejamento de Estado, seja ela no curto no médio e no longo prazo. Este artigo tem como objetivo apresentar as principais tendências e incertezas relacionadas às dinâmicas populacionais brasileiras com um horizonte para 2045, incluindo questões como infraestrutura social e desigualdade social. O método utilizado envolveu um levantamento à distância com especialistas para identificar as principais tendências, incertezas e rupturas iniciais associadas ao desenvolvimento do Brasil, seguido por um levantamento de dados e fatos para justificar as sementes de futuro identificadas. Ao todo, foram identificadas 74 sementes de futuro no âmbito das dinâmicas populacionais sendo 41 tendências, 21 incertezas e 12 surpresas inevitáveis. O artigo conclui que as dinâmicas populacionais em curso no Brasil delineiam um futuro repleto de desafios e oportunidades, e que a compreensão dessas tendências e a formulação de políticas públicas adequadas são essenciais para que o país possa trilhar um caminho rumo ao desenvolvimento sustentável, à justiça social e ao bem-estar de sua população. A atenção às dinâmicas populacionais é fundamental para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento e o bem-estar da sociedade brasileira nas próximas décadas.

**Palavras-chave:** Orientação à Missões, Políticas de Inovação, Governança, Política Industrial

**Abstract:** Understanding demographic changes and expectations of future behavior are fundamental elements for any state planning process, whether in the short, medium, or long term. This article presents the main trends and uncertainties related to Brazilian population dynamics with a horizon of 2045, including issues such as social infrastructure and social inequality. The method involved a remote survey with experts to identify the main trends, uncertainties, and initial disruptions associated with Brazil's development, followed by a survey of data and facts to justify the future seeds. This research identified 74 future seeds within the scope of population dynamics, with 41 trends, 21 uncertainties, and 12 inevitable surprises. The article concludes that the current population dynamics in Brazil outline a future full of challenges and opportunities and that understanding these trends and formulating appropriate public policies are essential for the country to follow a path toward sustainable development, social justice, and the well-being of its population. Attention to population dynamics is essential to ensure the sustainability of development and the well-being of Brazilian society in the coming decades.

**Keywords:** Population dynamics. Brazil. Trends. Uncertainties. Challenges.